



CÓD: SL-096JH-22
7908433224242

FGV

PRATICANDO

600 questões Gabaritadas



justiça e organizando os serviços de ordem pública, como melhor entendesse nas terras conquistadas do Brasil. A partir de então a instituição policial brasileira passou por seguidas reformulações nos anos de 1534, 1538, 1557, 1565, 1566, 1603, e, assim, sucessivamente. Somente em 1808, com a chegada do príncipe Dom João ao Brasil, a polícia começou a ser estruturada, comandada por um delegado e composta por escrivães e agentes.”

A frase abaixo em que há ERRO no emprego ou na ausência do artigo definido é:

- (A) Não importa se o gato é preto ou branco, desde que ele pegue os ratos;
- (B) As grandes ideias sempre encontram os homens que as procuram;
- (C) As ideias concordam bem mais entre si do que os homens;
- (D) Todo o dia em que se trabalha é um dia perdido;
- (E) A virtude premeditada é a virtude do vício.

7: FGV - AJ (TJ RO)/TJ RO/Administrador/2021

Assunto: Substantivo

Observe as seguintes frases de e-mails, prestando atenção ao emprego de diminutivos:

- 1. João está bem, mas deve tomar cuidadinho.
- 2. Estou um pouquinho cheio deste trabalho.
- 3. Ela faz uma coisinha qualquer e logo a mãe baba.
- 4. Pouco a pouco vou aprendendo um pouquinho mais.

O que se pode depreender do emprego desses diminutivos é que há em:

- (A) (1) uma recomendação ao comportamento de João;
- (B) (2) uma maior intensidade na afirmação;
- (C) (2) e (4) idêntico valor;
- (D) (3) um valor afetivo;
- (E) (4) um valor irônico.

8: FGV - AUFC (TCU)/TCU/Controle Externo/Auditoria Governamental/2022

Assunto: Adjetivo

Abaixo está o início de um conto de Lygia Fagundes Telles, denominado A Ceia.

“O restaurante era modesto e pouco frequentado, com mesinhas ao ar livre, espalhadas debaixo das árvores. Em cada mesinha, um abajur de garrafa projetava sobre a toalha de xadrez vermelho e branco um pálido círculo de luz.”

Todos sabemos que os termos de um texto podem indicar valores bem variados. Nesse segmento foram sublinhados alguns que funcionam como adjetivos; a afirmação correta sobre um deles é:

- (A) o adjetivo “modesto” indica uma qualificação do restaurante por parte do narrador e não é acompanhado de nenhum termo que o justifique;
- (B) o adjetivo “pouco frequentado” mostra uma qualificação do substantivo restaurante, indicando uma clientela de elite;
- (C) a locução adjetiva “de garrafa” indica o material de que é feito o abajur, destacando simultaneamente a qualidade sofisticada do restaurante descrito;
- (D) os adjetivos “vermelho e branco”, que indicam características, podem trazer informações implícitas sobre a nacionalidade da comida no local;
- (E) o adjetivo “pálido”, que indica uma relação, mostra uma intensidade da luz, com o valor implícito de decadência e pouca qualidade do restaurante.

9: FGV - Red (CM Aracaju)/CM Aracaju/2021

Assunto: Conjugação. Reconhecimento e emprego dos modos e tempos verbais

Texto 2

“De repente, um índio jovem, neto do tuxaua Senembi, o Camaleão, que integrava a expedição de Carrasco, se aproxima de um dos cativos (que estava preso pela muçurana), bate nele brandamente, várias vezes, com a mão espalmada, e reivindica a sua posse, alegando que fora ele, neto de Senembi, quem primeiro tocara aquele inimigo, durante a luta – circunstância que lhe garantia o direito de executá-lo.” (Alberto Mussa, A primeira história do mundo, p. 129)

“...que integrava a expedição de Carrasco...” (**texto 2**); a forma verbal sublinhada está no pretérito imperfeito do indicativo, tempo verbal que indica uma ação:

- (A) completamente passada;
- (B) anterior a outra ação passada;
- (C) em desenvolvimento no passado;
- (D) desenvolvida em futuro próximo;
- (E) passada, de término indeterminado.

10: FGV - AJ (TJ RO)/TJ RO/Administrador/2021

Assunto: Pronomes de tratamento

Um estudante e um professor, que haviam marcado uma reunião de estudos após as aulas, se encontram no corredor e travam o seguinte diálogo:

- Estudante: Oi, Paulo, você vai estar no seu gabinete amanhã às três horas, não é?
- Professor: Bom, não sei...
- Estudante: Mas, o senhor... (se afasta, contrariado)

Sobre essa conversação, é correto afirmar que:

- (A) o estudante mostra não dominar o uso correto da língua, ao misturar os tratamentos “você” e “senhor”;
- (B) o emprego de “você” na primeira frase do estudante mostra descortesia, já que se trata de um professor, a quem se deve dirigir um tratamento respeitoso;
- (C) o tratamento de “senhor” mostra um distanciamento em relação ao professor, em função da situação criada;
- (D) as reticências ao final da fala do professor indicam que algo não foi registrado no texto;
- (E) as reticências ao final da segunda fala do estudante indicam dúvida sobre o que pensar.

11: FGV - ACE (TCE-PI)/TCE-PI/Engenharia/2021

Assunto: Pronomes demonstrativos

Texto 3

“Um dos grandes problemas enfrentados pelos moradores das grandes cidades brasileiras é a deficiente infraestrutura de transportes. As pessoas demoram muito tempo para se deslocarem, sem condições mínimas de conforto, tendo muitas vezes que encarar longas distâncias em pé, em ônibus lotados.

Este problema tem origem em meados do século XX, quando o Brasil passou por um processo de industrialização que aconteceu de forma rápida e descontrolada. Houve migração muito grande de pessoas para as cidades, o que levou à supervalorização do preço dos terrenos e imóveis.

A solução, para as pessoas de renda mais baixa, foi estabelecer moradia em zonas mais afastadas, além de favelas e ocupações irregulares. As ofertas de empregos e serviços, no entanto, ficou concentrada nos bairros mais nobres, o que exige deslocamento de grandes distâncias pelos trabalhadores.”

O segundo parágrafo do texto 3 se inicia com o pronome este, em referência a um termo anterior, podendo ser substituído por esse.

A única frase abaixo em que os demonstrativos empregados mostram a utilização adequada é:

- (A) Ônibus e trens são transportes urbanos; esses mais demorados que aqueles;
- (B) Automóveis, trens e ônibus são transportes das grandes cidades; estes menos caros que esses;
- (C) Automóveis, trens e ônibus são transportes urbanos; estes menos rápidos; esses mais velozes e aqueles mais caros;
- (D) Automóveis e ônibus são transportes urbanos; estes mais populares e aqueles para minorias;
- (E) Automóveis, trens e ônibus são transportes urbanos; estes, esses e aqueles igualmente desconfortáveis.

12: FGV - Estag (MPE BA)/MPE BA/Direito/2022

Assunto: Pronomes relativos

A frase em que o pronome relativo destacado se refere ao termo entre parênteses, presente na mesma frase, é:

- (A) A família é um conjunto de pessoas **que** se defendem em bloco e se atacam em particular – (conjunto);
- (B) Algumas das mais belas árvores genealógicas **que** vicejam por aí têm raízes no esterco – (algumas);
- (C) Todo homem tem horas de criança, e infeliz daquele **que não** as tem – (todo homem);
- (D) Não é a qualidade do dinheiro que você ganha, é a quantidade de dinheiro **que** você guarda – (dinheiro);
- (E) Avó é a mãe **que** teve uma segunda chance – (avó).

13: FGV - Alun Of (PM AM)/PM AM/2022

Assunto: Advérbio

o texto a seguir refere-se a questão.

“Os deuses certamente não revelaram tudo aos mortais desde o princípio, mas, procurando, os homens encontram pouco a pouco o melhor”. (Xenófanes, poeta e filósofo grego)

Nessa mesma frase “Os deuses certamente não revelaram tudo aos mortais desde o princípio, mas, procurando, os homens encontram pouco a pouco o melhor”, há uma locução adverbial sublinhada que equivale adequadamente ao advérbio

- (A) vagarosamente.
- (B) seguramente.
- (C) firmemente.
- (D) paulatinamente.
- (E) progressivamente.

14: FGV - ACE (TCE-PI)/TCE-PI/Engenharia/2021

Assunto: Numeral

Texto 4 – O transporte público

“O responsável primário pelo transporte público urbano é o poder público municipal. É isso que prevê o inciso V do artigo 30 da Constituição Federal:

‘[Cabe ao município] organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial’.

Entretanto, como você pode observar, esse dispositivo da Constituição dá liberdade aos municípios quanto a como ofertar esse serviço. Primeiro, o município pode escolher cuidar do transporte coletivo por conta própria. A prefeitura se responsabiliza diretamente pela gestão do sistema e desembolsa 100% dos recursos para mantê-lo.

É claro que o modelo direto é pouco adotado, já que o orçamento municipal costuma ser apertado e há outras áreas que as prefeituras devem suprir (saúde e educação, por exemplo). Nesse caso, quais opções restam?

O preço do par de pilhas é

- (A) R\$ 14,00.
- (B) R\$ 20,00.
- (C) R\$ 22,00.
- (D) R\$ 28,00.
- (E) R\$ 30,00.

7.(FGV - AAO (IMBEL)/IMBEL/AJUDANTE GERAL/2021)

Assunto: Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)

O número N é par, está entre 57 e 97, é múltiplo de 7, mas não é múltiplo de 5.

A soma dos algarismos de N é

- (A) 7.
- (B) 10.
- (C) 12.
- (D) 15.
- (E) 16.

8.(FGV - AO (SSP AM)/SSP AM/2022)

Assunto: Números inteiros (propriedades, operações, módulo etc)

Considere uma operação entre números inteiros maiores do que zero, representada pelo símbolo $\&$ e definida como:

$a\&b = 3a+b$, sendo a e b números inteiros positivos.

Considere também o conjunto C cujos elementos são os números inteiros x, maiores do que zero, tais que $x\&2$ seja múltiplo de 4 e menor do que 40.

O número de elementos do conjunto C é igual a

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

9.(FGV - PROF (PREF PAULÍNIA)/PREF PAULÍNIA/EDUCAÇÃO BÁSICA II/MATEMÁTICA/2021)

Assunto: Números racionais: introdução, representação, propriedades

Considere os números racionais $a = 7$, $b = 11$, $c = 19$.
18 30 48

É correto afirmar que

- (A) $a < b < c$.
- (B) $a < c < b$.
- (C) $b < a < c$.
- (D) $b < c < a$.
- (E) $c < b < a$.

10.(FGV - 2º TEN (CBM AM)/CBM AM/2022)

Assunto: Frações e dízimas periódicas

Em um grupo de pessoas, o número de homens é igual ao número de mulheres. Seleccionam-se então 2 dos homens 3 das mulheres e forma-se um novo grupo.

5 4

Nesse novo grupo, em relação ao total de pessoas, as mulheres representam

- (A) 2 - 3
- (B) 5 - 9
- (C) 7 - 20
- (D) 15 - 23
- (E) 17 - 25

11.(FGV - PROF (PREF PAULÍNIA)/PREF PAULÍNIA/EDUCAÇÃO BÁSICA II/MATEMÁTICA/2021)

Assunto: Frações e dízimas periódicas

Em uma urna há bolas amarelas e bolas não amarelas. Nessa urna, algumas bolas são numeradas e outras não. Nenhuma bola é não amarela e não numerada. Sorteando-se uma bola amarela dessa urna, a probabilidade de ela ser numerada é $\frac{2}{7}$.

7

Sorteando-se uma bola numerada dessa urna, a probabilidade de ela ser amarela é $\frac{2}{5}$.

5

Sorteando-se aleatoriamente uma bola dessa urna, a probabilidade de ela ser amarela e numerada é:

- (A) $\frac{2}{1}$
- (B) $\frac{3}{1}$
- (C) $\frac{4}{1}$
- (D) $\frac{5}{1}$
- (E) $\frac{6}{1}$

12.(FGV - ADV (IMBEL)/IMBEL/2021)

Assunto: Análise combinatória (princípio fundamental da contagem, arranjos, combinações, permutações)

Considere as cinco letras da sigla IMBEL. Deseja-se arrumar essas cinco letras em sequência, de modo que tanto as vogais quanto as consoantes apareçam na ordem alfabética, isto é, as vogais na ordem E, I e as consoantes na ordem B, L, M. Por exemplo, uma dessas arrumações é BELMI.

O número de arrumações diferentes é

- (A) 18.
(B) 12.
(C) 10.
(D) 8.
(E) 6.

13.(FGV - TEC (FUNSAÚDE CE)/FUNSAÚDE CE/ENFERMAGEM SAÚDE DO TRABALHADOR/2021

Assunto: Análise combinatória (princípio fundamental da contagem, arranjos, combinações, permutações)

Em um setor de uma empresa trabalham 6 pessoas. Dessas pessoas, duas serão escolhidas para trabalhar em um projeto novo.

Com essas pessoas, o número de pares diferentes que podem ser formados é

- (A) 10.
(B) 12.
(C) 13.
(D) 14.
(E) 15.

14.(FGV - ATCE (TCE-AM)/TCE-AM/AUDITORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2021)

Assunto: Sistemas de numeração (decimal, binário, hexadecimal, octal, romano, conversão entre sistemas).

A representação binária complemento a dois do número decimal -32 é:

- (A) 00100000
(B) 10100000
(C) 11011111
(D) 01111111
(E) 11100000

15.(FGV - TNS (SSP AM)/SSP AM/2022)

Assunto: Porcentagem

Em um saco há 180 bolinhas, umas brancas, outras pretas e não há bolinhas de outra cor. Das bolinhas do saco, 60% são pretas. São retiradas N bolinhas brancas do saco e, então a porcentagem de bolinhas pretas do saco passou a ser de 80%.

O valor de N é

- (A) 20.
(B) 25.
(C) 30.
(D) 40.
(E) 45.

16.(FGV - AAO (IMBEL)/IMBEL/AJUDANTE GERAL/2021)

Assunto: Porcentagem

Dois aumentos sucessivos, um de 30% e outro de 40%, é equivalente a dar um único aumento de

- (A) 70%.
(B) 76%.
(C) 80%.
(D) 82%.
(E) 120%.

17.(FGV - ASS ADM (MPE GO)/MPE GO/2022)

Assunto: Interpretação de gráficos e tabelas

A tabela a seguir mostra o número de funcionários de uma empresa por sexo e por nível de escolaridade.

Homens	Mulheres	Total	
Com nível superior	20	X	
Sem nível superior		Y	70
Total	45		100

O valor de $Y - X$ é

- (A) 20.
(B) 25.
(C) 30.
(D) 35.
(E) 40.

18.(FGV - AG (PREF PAULÍNIA)/PREF PAULÍNIA/APOIO ADMINISTRATIVO/2021)

Assunto: Interpretação de gráficos e tabelas

De certo concurso para funcionários de um hospital temos os dados a seguir:

Profissão	Carga horária	Remuneração	Remuneração por hora de trabalho
Técnico de enfermagem	30 h	R\$ 5.100,00	X
Técnico de radiologia	20 h	R\$ 3.600,00	Y
Técnico administrativo	40 h	R\$ 6.000,00	Z

Em relação à remuneração por hora de trabalho é correto afirmar que

- (A) $X > Y > Z$.
(B) $Y > X > Z$.
(C) $X > Z > Y$.
(D) $Y > Z > X$.
(E) $Z > X > Y$.

7. (FGV - INV POL (PC RJ)/PC RJ/2022)

Nos crimes de ação múltipla ou conteúdo variado, a prática, pelo agente, de mais de um núcleo da mesma norma penal incriminadora no mesmo contexto fático implica crime único em razão do princípio da:

- (A) especialidade;
- (B) subsidiariedade;
- (C) consunção;
- (D) absorção;
- (E) alternatividade.

8. (FGV - AJ (TJ RO)/TJ RO/OFICIAL DE JUSTIÇA/2021)

O conceito analítico de crime exige a realização de um comportamento humano.

Um comportamento humano que pode ensejar interesse jurídico-penal e responsabilização do agente que o desempenha é:

- (A) ação por coação física irresistível;
- (B) atos reflexos;
- (C) condutas culposas;
- (D) perda brusca de consciência;
- (E) atos automatizados.

9. (FGV - JE TJPR/TJ PR/2021)

Em relação aos crimes omissivos impróprios, é correto afirmar que:

- (A) se o titular do bem jurídico, com todas as informações disponíveis, conscientemente decide pela autoleção ao bem jurídico, não há obrigação legal de ação do garante para evitar o resultado;
- (B) quando o risco da atividade é dividido entre as partes, cada qual assumindo uma parcela do dever de cuidado, eventual lesão causada por descuido do ofendido pode ser atribuída a título de omissão imprópria;
- (C) o autor responde por cursos desviados ou aventureiros, quando sua conduta resulta numa lesão, que faz surgir a posição de garante, e a vítima, por descuido, aumenta o risco do bem atingido;
- (D) do ponto de vista de imputação objetiva, o princípio da confiança não exclui a responsabilidade pela omissão, mesmo que as circunstâncias concretas permitam confirmar na execução da função atribuída ao garantidor impróprio;
- (E) o compromisso de evitar o resultado desaparece quando a integridade do bem jurídico depender do controle pessoal de determinadas fontes de perigo já existentes ou geradas por alguma ação ou omissão precedente contrária ao direito.

10. (FGV - INV POL (PC RJ)/PC RJ/2022)

Determinado agente pretende matar uma vítima por asfixia e, achando equivocadamente que ela estaria morta, joga o corpo no rio, causando a morte por afogamento.

Em tal cenário, o agente responderá por:

- (A) crime culposos;
- (B) crime preterdoloso;
- (C) dolo genérico;
- (D) dolo de perigo;
- (E) dolo geral.

11. (FGV - AJ (TJ RO)/TJ RO/OFICIAL DE JUSTIÇA/2021)

Ao lado das hipóteses de erros essenciais figuram os chamados erros acidentais, que, ao contrário daqueles, incidem sobre elementos não essenciais à configuração do crime, não afetando a decisão a respeito da imputação.

Uma hipótese de erro acidental é:

- (A) erro de tipo;
- (B) erro sobre a pessoa;
- (C) erro de proibição;
- (D) descriminantes putativas;
- (E) erro mandamental.

12. (FGV - ANA (MPE GO)/MPE GO/JURÍDICO/2022)

Sandro foi preso em flagrante ao subtrair um pacote de macarrão, cujo valor era R\$9,00, de um hipermercado do bairro onde morava. O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Sandro, mas o magistrado rejeitou a peça acusatória, reconhecendo a incidência do princípio da bagatela ou insignificância. O referido princípio exclui a

- (A) ilicitude.
- (B) tipicidade formal.
- (C) culpabilidade.
- (D) tipicidade material.
- (E) punibilidade.

13. (FGV - JE TJPR/TJ PR/2021)

Sobre os pressupostos da imputação objetiva, é correto afirmar que:

- (A) um resultado causado pelo agente apenas pode ser imputado ao tipo objetivo se sua conduta criou um perigo para o bem jurídico coberto por um risco permitido;
- (B) se o agente modifica um curso causal de tal maneira que diminui o perigo já existente à vítima e melhora a situação do objeto da ação, exclui a imputação;
- (C) é possível a imputação ao tipo objetivo ainda que a conduta do autor não eleve de modo juridicamente considerável o risco ao bem jurídico;
- (D) é possível a imputação ao tipo objetivo nas situações cotidianas de atividades, sobretudo as mais arriscadas, que excepcionalmente geram acidentes, quando os mínimos riscos são socialmente adequados;
- (E) não é possível excluir a imputação quando, ainda que o autor haja criado um risco para o bem jurídico tutelado, o resultado não for consequência desse perigo.

14. (FGV - INV POL (PC RJ)/PC RJ/2022)

No que diz respeito a consumação e tentativa, corresponde a uma das etapas da fase interna ou mental:

- (A) manifestação;
- (B) preparação;
- (C) resolução;
- (D) execução;
- (E) consumação.

15. (FGV - OF (PM RJ)/PM RJ/2021)

Jéssica, policial militar, após forte discussão com Maicon, seu marido, durante seu mês de férias, pega, na gaveta da cômoda, arma de fogo registrada em seu nome que regularmente possuía e, com animus necandi, efetua um disparo na sua direção.

Jéssica se surpreende, pois o disparo não foi efetivado, descobrindo que a arma estava sem munição, visto que Maicon, sem que sua esposa soubesse, havia retirado e arremessado a munição em um rio, ao lado do imóvel.

Diante da confusão instaurada, policiais foram chamados ao local e a encaminharam à unidade policial.

Considerando os fatos narrados, o fato praticado por Jéssica, conforme entendimento doutrinário majoritário, configura

- (A) crime impossível, diante da absoluta ineficácia do meio.
- (B) tentativa de homicídio simples, pois a ineficácia do meio era relativa.
- (C) tentativa de homicídio qualificado, pois Jéssica não tinha conhecimento que a arma estava desmuniada.
- (D) tentativa de homicídio simples, pois presente elemento subjetivo e a impropriedade do objeto era relativa.
- (E) crime impossível, diante da absoluta impropriedade do objeto.

16. (FGV - INV POL (PC RJ)/PC RJ/2022)

Insatisfeito com o término da sua relação amorosa, Hélios passa a monitorar as atividades de Atena, vindo a descobrir que, em curto espaço de tempo, ela assumiu um novo relacionamento com Eros. Após elaborar uma emboscada, de posse de uma faca de cozinha, Hélios surpreende o casal numa praça pública, atentando contra a vida de Eros, desferindo três facadas. Com a vítima já caída ao solo, Atena passa a suplicar pela interrupção da ação, prometendo reatar o romance com Hélios, que, satisfeito com o que ouviu, cessa os golpes e providencia o transporte de Eros até o hospital. Em que pese a gravidade das lesões, a vítima é salva, retomando suas ocupações habituais após trinta dias de internação.

O caso narrado retrata hipótese de:

- (A) desistência voluntária;
- (B) arrependimento eficaz;
- (C) arrependimento posterior;
- (D) crime tentado;
- (E) crime consumado.

17. (FGV - AG POL (RN)/PC RN/2021)

Cássio, com a intenção de matar Patrício, efetua disparo de arma de fogo em sua direção, que atinge seu braço e o faz cair no chão. Enquanto caminha na direção de Patrício para efetuar novo disparo, Cássio percebe a aproximação de policiais e se evade do local, deixando Patrício apenas com o ferimento no braço.

Considerando os fatos narrados, Cássio deverá responder pelo crime de:

- (A) tentativa de homicídio;
- (B) tentativa de homicídio, com diminuição da pena pela desistência voluntária;
- (C) lesão corporal, pois houve desistência voluntária;
- (D) tentativa de homicídio, com diminuição da pena pelo arrependimento eficaz;
- (E) lesão corporal, pois houve arrependimento eficaz.

18. (FGV - PER LEG (PC RJ)/PC RJ/MEDICINA/2021)

A respeito do tema consumação e tentativa, é correto afirmar que:

- (A) o estupro de vulnerável se consuma com a prática de ato de libidinagem específico ofensivo à dignidade sexual da vítima;
- (B) a tentativa incruenta é modalidade de crime tentado no qual a vítima sofre ferimentos;
- (C) quanto mais perto da consumação, maior será a fração redutora, pois menor a reprovabilidade da conduta;
- (D) nos crimes de tipo misto alternativo, a prática de um dos verbos já é suficiente para a consumação da infração;
- (E) a aferição da quantidade de pena a ser reduzida pela tentativa decorre da culpabilidade do agente.

19. (FGV - DEL POL (PC RN)/PC RN/2021)

Durante evento na loja de uma operadora de telefonia móvel, Tereza, aproveitando-se da distração dos funcionários, subtraiu para si um aparelho celular. Ao chegar em casa, sua mãe descobriu o fato e a convenceu a comparecer à delegacia para devolver o aparelho subtraído, o que foi por ela feito no dia seguinte.

Diante dos fatos narrados, a conduta de Tereza configura:

- (A) furto na forma tentada, pois houve arrependimento eficaz;
- (B) furto na forma tentada, pois houve desistência voluntária;
- (C) atipicidade, em razão do arrependimento eficaz;

6. (FGV - PROC J (CM ARACAJU)/CM ARACAJU/2021)

Paulo e seu filho, Mário, sempre tiveram um relacionamento difícil. Em meio a uma discussão mais acalorada, Mário chegou a dar um soco no pai, e desde então nunca mais se falaram. Agora que Paulo morreu, seus outros filhos, irmãos de Mário, querem que ele seja excluído da sucessão por ter cometido agressão contra o pai.

A ofensa física de Mário ao falecido exclui Mário da sucessão de Paulo:

- (A) automaticamente, que fica privado de qualquer direito sucessório diretamente relacionado à herança de Paulo;
- (B) independentemente de sentença judicial, se Paulo determinou a deserção em testamento, indicando expressamente a sua causa;
- (C) após sentença judicial, em ação que só pode ser ajuizada por um dos demais herdeiros, independentemente de manifestação de Paulo nesse sentido;
- (D) após sentença judicial, em ação que pode ser ajuizada por qualquer interessado ou mesmo pelo Ministério Público, independentemente de manifestação de Paulo nesse sentido;
- (E) após sentença judicial, se Paulo determinou isso em testamento, indicando expressamente a causa da deserção, e se a veracidade dessa causa for provada por um dos demais herdeiros.

7. (FGV - PROC J (CM ARACAJU)/CM ARACAJU/2021)

Elvira deseja permitir que sua sobrinha Adriane resida em um dos imóveis que possui, pois a sobrinha não tem onde morar. Mas pretende evitar que Adriane colha qualquer fruto dele, por exemplo, dando-o em locação para terceiros e auferindo aluguel.

Para tanto, Elvira deve atribuir a Adriane, sobre o imóvel em questão, o direito real de:

- (A) propriedade;
- (B) habitação;
- (C) uso;
- (D) usufruto;
- (E) servidão.

8. (FGV - PROC J (CM ARACAJU)/CM ARACAJU/2021)

Rogério, 40 anos, e Priscila, 45 anos, vivem há quinze anos em união estável. O casal tem dois filhos e se preparam para a chegada do terceiro. No entanto, não celebraram contrato escrito acerca das questões patrimoniais envolvendo a sua união.

Nesse caso, deve ser aplicado o regime de:

- (A) comunhão parcial de bens;
- (B) comunhão universal de bens;
- (C) participação final nos aquestos;
- (D) separação legal de bens;
- (E) separação convencional de bens.

9. (FGV - PROC J (CM ARACAJU)/CM ARACAJU/2021)

Disputam a herança de Ademir: Isaías, pai de Ademir; Djalma, filho de Ademir; e Vilma, neta de Ademir e filha de Djalma.

A herança de Ademir deve ser recebida por:

- (A) somente Isaías;
- (B) somente Djalma;
- (C) Isaías e Djalma;
- (D) Djalma e Vilma;
- (E) Isaías, Djalma e Vilma.

10. (FGV - PROC J (CM ARACAJU)/CM ARACAJU/2021)

Um casal de alemães veio visitar o Brasil e ficou sensibilizado ao conhecer uma organização que cuidava de crianças abandonadas. Decidiu que gostaria de levar uma criança para viver com eles na Alemanha, para criá-la e educá-la.

Nesse caso, a colocação em família substituta far-se-á mediante:

- (A) somente guarda;
- (B) somente tutela;
- (C) somente adoção;
- (D) guarda ou adoção;
- (E) tutela ou adoção.

11. (FGV - DP MS/DPE MS/2022)

Juliano viveu uma vida de excessos e se preocupa em dar um fim útil ao considerável conjunto de bens que amealhou durante a sua vida. Por isso, deseja que, após a sua morte, 20% dos seus bens sejam destinados à instituição de uma fundação para fins de defesa, conservação e promoção do meio ambiente dos povos ribeirinhos.

A partir disso, é correto afirmar que:

- (A) se insuficientes para instituir a fundação, os bens deixados por Juliano deverão retornar ao monte a ser inventariado, a fim de que se faça a partilha;
- (B) para alterar o estatuto da fundação, a reforma deve ser deliberada por 2/3 dos competentes para gerir e representá-la e não desvirtuar ou contrariar o seu fim;

(C) se o estatuto não for elaborado no prazo assinado pelo instituidor, ou, não havendo prazo, em 180 dias, a incumbência caberá ao Ministério Público;

(D) tornando-se inútil, impossível ou ilícita a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo da sua existência, o juiz lhe promoverá a extinção, incorporando o seu patrimônio a outra fundação.

12. (FGV - DP MS/DPE MS/2022)

Geraldo, depois de alguns meses percebendo que não conseguiria pagar o empréstimo que contraíra, procurou seu credor para renegociar a dívida. Firmaram então um termo de novação, em que Geraldo se comprometia a pagar um montante maior, mas com taxas de juros mais baixas. Somente depois de celebrada a novação, Geraldo constatou que a dívida original crescera tão rapidamente porque o contrato inicial continha cláusulas proibidas.

A partir disso, é correto afirmar que:

(A) não é mais possível a Geraldo questionar os termos do contrato original porque a novação o extinguiu, restando somente a nova dívida;

(B) a novação opera a confirmação do contrato original, implicando renúncia ao direito de impugná-lo judicialmente, salvo comprovado vício na própria novação;

(C) ainda é possível a Geraldo impugnar os termos da dívida anterior, pois não podem ser objeto de novação obrigações nulas;

(D) a revisão do valor devido é possível, contanto que o termo de novação faça referência expressa às cláusulas proibidas do contrato original.

13. (FGV - DP MS/DPE MS/2022)

Andréa sempre foi bastante cautelosa, tendo celebrado seguro de vida em benefício dos filhos e também fez seguro sobre o seu automóvel. No último dia 15, todavia, bebeu três cervejas com amigos e faleceu em decorrência de um acidente ao conduzir seu veículo.

A partir disso, é correto afirmar que:

(A) os filhos de Andréa não poderão exigir a indenização pelo seguro de vida, pois sua embriaguez é reputada agravamento intencional do risco;

(B) a ingestão de álcool gera uma presunção relativa de agravamento do risco no seguro do automóvel, admitindo-se que os herdeiros provem a ausência denexo causal;

(C) a perda da cobertura securitária nos dois seguros dependerá de a seguradora comprovar o nexocausal entre a embriaguez e o acidente;

(D) os herdeiros poderão exigir ambas as indenizações securitárias, pois somente ocorreria a perda do direito à garantia se houvesse a intenção de agravar o risco.

14. (FGV - DP MS/DPE MS/2022)

Quando Hermenegildo morreu, deixou o pequeno casebre onde residiu nos últimos anos da sua vida e alguns bens pessoais. Sua vizinha tentou alegar que era companheira do falecido, mas não houve comprovação satisfatória dessa alegação. Há notícia de que ele teria deixado um filho, que o abandonara há muitos anos, bem como teria um primo em outro Estado, mas não há elementos indicativos de quem sejam.

Diante disso, é correto afirmar que:

(A) a herança ficará jacente, figurando sua vizinha como curadora até que se obtenha a localização do filho e, na ausência deste por cinco anos, ela se torna proprietária dos bens;

(B) o juiz mandará arrolar e arrecadar os bens, mas pode ser dispensada a expedição de editais, ante a notícia de que haveria herdeiros;

(C) findo o prazo de um ano, a herança passará à propriedade do ente público, extinguindo-se os direitos de eventuais herdeiros;

(D) declarada a vacância da herança, seu primo não terá mais qualquer direito, mas seu filho ainda poderá reivindicar os bens por cinco anos.

15. (FGV - DP MS/DPE MS/2022)

Renata vem sofrendo grandes dificuldades em fruir com tranquilidade de sua chácara, por conta dos transtornos decorrentes de obras que vêm sendo realizadas na propriedade de seu vizinho, Evandro. Depois de anos de desleixo, com construções de integridade questionável, Evandro foi obrigado a realizar algumas dessas obras por imposição do poder público, para reparar inclusive violações à regulamentação ambiental aplicável àquela área.

Sobre o caso, é correto afirmar que:

(A) por se tratar de obras justificadas por interesse público, não pode Renata pretender de Evandro indenização pelos prejuízos sofridos, mas poderá exigir a sua redução, ou eliminação, quando estas se tornarem possíveis;

(B) no tocante às construções de integridade questionável, ante o risco de ruína iminente, poderá Renata exigir de Evandro não somente a demolição ou reparação delas, mas também que lhe preste caução pelo dano iminente;

4.(FGV - INSP POL (PC RJ)/PC RJ/2022)

Assunto: Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Quanto à investigação preliminar realizada sob a forma de inquérito policial, é correto afirmar que:

(A) ainda que no curso da investigação policial se realizem atos concretos de perturbação da liberdade jurídica do indivíduo, não há submissão a controle jurisdicional;

(B) gravidade e complexidade do fato investigado não são fatores que legitimam, por si sós, a duração alongada da investigação preliminar, ensejando constrangimento ilegal;

(C) a reforma do Código de Processo Penal pela Lei nº 12.403/2011 passou a prever, em hipóteses urgentes ou com risco de ineficiência da medida, que o juiz da causa poderá estabelecer cautelas, independentemente da oitiva antecipada do interessado, no curso da investigação;

(D) não há nulidade na juntada posterior de provas colhidas durante o inquérito, desde que a defesa seja intimada para se manifestar sobre elas antes da sentença;

(E) a jurisprudência dos Tribunais Superiores entende que é necessária a presença de advogado durante o interrogatório policial do réu.

5.(FGV - DEL POL (PC RN)/PC RN/2021)

Assunto: Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Ao sair de sua casa, em 17/05/2020, Miriam foi surpreendida por faixa anônima estendida na via pública com diversas ofensas à sua honra. Diante da humilhação sofrida, Miriam deixou o país e foi morar no exterior sem se interessar em descobrir o responsável pelos fatos. Em 03/01/2021, Miriam recebeu mensagem de Sandra, sua antiga vizinha, confessando ser ela a autora das ofensas, bem como esclarecendo que informou os fatos ao delegado de polícia, em razão de seu arrependimento.

Miriam entrou em contato com seu advogado, em 25/01/2021, para esclarecimentos jurídicos, informando que permanece no exterior.

O advogado deverá esclarecer naquela data que o crime praticado seria de injúria, de ação penal privada, logo:

(A) a abertura do inquérito policial poderá ser determinada pela autoridade policial, diretamente, mas a ação penal depende da iniciativa da vítima;

(B) a abertura do inquérito policial não poderá ser determinada pela autoridade policial nem requerida por Miriam, pois operou-se o prazo prescricional para representação;

(C) a queixa-crime poderá ser oferecida por Miriam, mas, se através de procurador, exigem-se poderes especiais;

(D) a inicial acusatória não poderá ser oferecida por Miriam, pois operou-se o prazo decadencial;

(E) a queixa-crime poderá ser oferecida por Miriam, pessoalmente ou por procurador sem poderes especiais.

6.(FGV - DEL POL (PC RN)/PC RN/2021)

Assunto: Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Concluídas investigações de inquérito policial, a autoridade policial indiciou Francisco, sem envolvimento anterior com o aparato policial ou judicial pela prática de crimes, como incurso nas sanções penais do delito de lesão corporal de natureza gravíssima (Art. 129, §2º, CP – pena: reclusão de 2 a 8 anos).

Tendo Francisco confessado formal e circunstancialmente a prática da infração penal na delegacia, o acordo de não persecução penal, no caso em tela:

(A) poderá ser proposto pelo delegado, considerando a confissão e a pena mínima cominada ao delito;

(B) não poderá ser proposto, diante da natureza do delito imputado;

(C) não poderá ser proposto, pois a pena máxima cominada é superior a quatro anos;

(D) poderá ser proposto pelo órgão ministerial, mas não pelo delegado, considerando a pena cominada e a confissão em sede policial;

(E) poderá ser proposto pelo órgão ministerial, mas não pelo delegado, e, havendo concordância do indiciado e de sua defesa técnica, independerá de homologação judicial.

7.(FGV - JE TJAP/TJ AP/2022)

Assunto: Da Ação Civil ex delicto (arts. 63 a 68 do CPP)

Adalberto está sendo acusado de, ao conduzir seu veículo embriagado, ter atropelado e causado danos a Lucélia. Ele está sendo acionado na esfera criminal por conta das lesões que teria causado a ela.

Sobre sua obrigação de indenizá-la na esfera cível pelos danos sofridos, é correto afirmar que:

(A) ainda que condenado na esfera criminal, a quantificação do dever de indenizar depende de procedimento cível, tendo em vista a diversidade de requisitos entre o ilícito penal e o civil;

(B) a absolvição no âmbito penal impede que ele seja condenado no âmbito cível, se a sentença for fundada na inexistência do fato ou da autoria;

(C) a sentença penal absolutória fundada em excludente de ilicitude vincula o juízo cível, inviabilizando qualquer pretensão da vítima à indenização em face dele;

(D)absolvido na seara criminal por falta de provas do fato, da culpa ou da autoria, fica Adalberto liberado de responsabilidade civil;

(E)a sentença penal absolutória fundada em atipicidade do fato afasta a obrigação de indenizar na esfera cível, inviabilizando a investigação sobre ato ilícito nessa seara.

8.(FGV - AJ (TJ RO)/TJ RO/OFICIAL DE JUSTIÇA/2021)

Assunto: Critério de Fixação de Competência

Nos crimes previstos no Art. 171 do Código Penal, a partir de junho de 2021, quando praticados mediante depósito, mediante emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou mediante transferência de valores, a competência será definida, no caso de vítima única:

(A) pela prevenção;

(B) pelo local da ação;

(C) pelo local da consumação;

(D) pelo domicílio do réu;

(E) pelo domicílio da vítima.

9.(FGV - JE TJPR/TJ PR/2021)

Assunto: Prorrogação de Competência (Conexão e Continência)

Em relação à conexão no processo penal, é correto afirmar que:

(A) a conexão que justifica a fixação da competência demanda a avaliação, caso a caso, da necessidade de julgamento conjunto dos delitos para melhor esclarecimento dos fatos ou para prevenir decisões judiciais conflitantes;

(B) a conexão determina a reunião dos processos, em diferentes fases procedimentais, seja na fase de investigação preliminar, na fase de instrução processual ou na fase recursal;

(C) a descoberta de vários delitos em uma mesma diligência implica a existência de conexão entre eles, em razão da conexão intersubjetiva, da conexão finalista ou da conexão instrumental;

(D) o fato de um mesmo agente praticar tanto crimes estaduais quanto crimes federais induz a reunião dos processos na Justiça Federal para o julgamento de todos os delitos;

(E) a prorrogação de competência, por força da conexão, é aceita quando houver dependência ou vínculo existente entre os fatos, desde que formem uma espécie de unidade.

10.(FGV - JE TJMG/TJ MG/2022)

Assunto: Da Restituição de Coisas Apreendidas (arts. 118 a 124 do CPP)

Acerca das medidas cautelares reais e pessoais, analise as afirmativas a seguir.

I.O juiz não pode, em hipótese alguma, determinar a alienação de aeronaves apreendidas antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

II.O sequestro se presta a salvaguardar possível ressarcimento em face da prática do crime, enquanto a hipoteca legal visa, apenas, evitar que o bem móvel produto ou provento da prática do crime pereça antes de resolvido o mérito do caso.

III.A restituição, quando cabível, poderá ser ordenada pela autoridade policial ou pelo juiz, mediante termo nos autos, desde que não haja dúvida quanto ao direito do reclamante.

Está correto o que se afirma em:

(A) I, somente.

(B) II, somente.

(C) III, somente.

(D) II e III, somente.

11.(FGV - PER (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/BIOLOGIA/2022)

Assunto: Das Medidas Assecuratórias (arts. 125 a 144 do CPP)

No curso de inquérito que investigava a prática de um crime de roubo a uma agência bancária, a autoridade policial teve notícia de que os valores obtidos com a prática delitiva tinham sido utilizados para a aquisição de um automóvel que veio a ser identificado pela polícia. Foram reunidas, assim, informações aptas a indicar a proveniência ilícita do bem.

De acordo com os dados fornecidos, pode-se dizer que, com a finalidade de assegurar os efeitos de eventual condenação,

(A)a autoridade policial poderá representar pelo sequestro do bem em questão, obtido com os proventos da infração.

(B)a autoridade policial poderá representar pela apreensão do bem em questão, obtido com os proventos da infração.

(C)a autoridade policial poderá representar pela especialização da hipoteca legal do bem em questão, obtido com os proventos da infração.

5.(FGV - JE TJPR/TJ PR/2021)

Sobre a cooperação nacional e internacional, é **correto** afirmar que:

- (A) a cooperação jurídica internacional terá por objeto medidas judiciais, ficando excluídas as medidas extrajudiciais;
- (B) na cooperação jurídica internacional, a publicidade dos atos processuais praticados no Brasil deverá observar as hipóteses de sigilo da legislação nacional, sendo irrelevantes as situações previstas na legislação do Estado requerente;
- (C) compete ao juízo estadual do lugar em que deva ser executada a medida apreciar pedido de auxílio direto passivo que demande prestação de atividade jurisdicional;
- (D) os atos concertados entre os juízes cooperantes poderão consistir no estabelecimento de procedimento para a efetivação de medidas e providências para recuperação e preservação de empresas;
- (E) o pedido de cooperação judiciária não pode abranger atos relacionados à facilitação de habilitação de créditos na falência.

6.(FGV - DP RJ/DPE RJ/2021)

Ao participar de um processo seletivo, Renata recebe a informação de que seu CPF se encontra suspenso em razão de determinação da Secretaria da Receita Federal. Assim, procura o referido órgão público para tentar resolver a questão e descobre que consta como sócia da empresa XX Ltda. que se localiza no interior do Estado, empresa essa que figurava como executada em diversas execuções fiscais relativas a tributos federais. Renata nunca ouviu falar dessa empresa. Ela trabalha como caixa de supermercado, recebendo a quantia de 1 salário mínimo por mês, e procura o Núcleo da Defensoria Pública da Comarca em que reside. O(A) Defensor(a) Público(a) que lá atua obtém o contrato social da empresa XX Ltda. e verifica que Renata consta como sócia, junto com Marcos, Henrique e Guilherme (pessoas que também não conhece), havendo, inclusive, uma assinatura não reconhecida por Renata no contrato social. A Comarca em questão é de juízo único e não há sede da Justiça Federal na localidade, somente a 50 quilômetros de distância.

Para solucionar a questão relativa à suspensão do CPF de Renata, o(a) Defensor(a) Público(a) deverá ajuizar ação:

- (A) sob o procedimento comum, perante a Justiça Estadual, em face da empresa XX Ltda., objetivando que seja declarada a inexistência de relação jurídica entre Renata e a empresa;
- (B) sob o procedimento especial, perante a Justiça Estadual, em face de Marcos, Henrique e Guilherme, objetivando a dissolução da sociedade;

(C) sob o procedimento comum, perante a Justiça Federal, objetivando a declaração de inexistência de débito entre Renata e a União Federal;

(D) sob o procedimento comum, perante a Justiça Estadual, objetivando que Marcos, Henrique e Guilherme sejam condenados ao pagamento do tributo em questão;

(E) perante o Juizado Especial Cível na Justiça Estadual, em face da empresa XX Ltda., objetivando que seja declarada a nulidade do contrato social da empresa em razão de manifesta fraude.

7.(FGV - ANA (MPE GO)/MPE GO/JURÍDICO/2022)

Maria, mãe de Joaquim, de 8 anos, deseja ingressar em juízo objetivando requerer alimentos em face do pai e ex-cônjuge, Bruno, considerando que o filho do então casal reside apenas com ela e, até o presente momento, Bruno não estava auxiliando com as despesas do filho.

Nesse sentido, em razão da incapacidade civil absoluta de Joaquim, a teor do Art. 3º do Código Civil, Maria ingressa com a demanda em seu nome. Nesse cenário,

(A) a demanda prosseguirá normalmente, tendo em vista a incapacidade civil e processual de Joaquim para ingressar em juízo, conforme art. 70 do Código de Processo Civil.

(B) a demanda deverá ser editada para que prossiga normalmente, considerando que Maria deveria ingressar somente em nome de Joaquim, o único destinatário da obrigação de prestar alimentos, cabendo ao juízo a designação de curador especial.

(C) a demanda deverá ser editada para que prossiga normalmente, pois, nos termos do art. 71 do Código de Processo Civil, a demanda deveria ser peticionada em nome de Joaquim, mas representado por Maria.

(D) a demanda deverá ser editada para que prossiga normalmente, pois em razão da incapacidade absoluta de Joaquim, a demanda deve ser representada pelo advogado, devidamente constituído perante a Ordem dos Advogados do Brasil ou por curador especial designado pelo juízo.

(E) a demanda prosseguirá normalmente, tendo em vista que a incapacidade civil absoluta de Joaquim impõe que a demanda seja ajuizada em nome daquele que a representa, no caso sua genitora.

8.(FGV - TJ (TJ RO)/TJ RO/2021)

Menor, com 16 anos de idade, intentou ação indenizatória em face do condutor do veículo que o havia atropelado, causando-lhe lesões corporais.

Para tanto, o autor outorgou instrumento de mandato ao advogado contratado para lhe patrocinar a causa, sem estar assistido pelo representante legal.

O vício processual em questão é:

- (A) carência de ação, por ilegitimidade ativa ad causam;
- (B) falta de capacidade de ser parte, em relação ao autor;
- (C) falta de capacidade para estar em juízo, em relação ao autor;
- (D) falta de capacidade postulatória;
- (E) não há vício.

9.(FGV - JE TJMG/TJ MG/2022)

A. aforou ação cominatória contra B. para que o réu seja obrigado a construir um muro de arrimo na divisa dos imóveis deles. Há risco iminente de desabamento do barranco lá existente e provocado por desaterro irregular promovido pela parte passiva. Requereu e obteve tutela provisória de urgência diante de perícia feita pela Defesa Civil que comprova o mencionado risco e o aterro irregular. Citado para a ação e intimado quanto à tutela provisória de urgência, o réu propalou, na região, que não estava obrigado a cumprir a ordem judicial porque o juiz não tinha conhecimento técnico para determinar a realização da obra.

A conduta do réu

- (A) deve ser rejeitada.
- (B) revela resistência civil justificada.
- (C) constitui violação de dever processual.
- (D) não constitui violação de dever processual.

10.(FGV - DP RJ/DPE RJ/2021)

Em pleito indenizatório, Joana, bem-sucedida empresária, foi citada com hora certa, tendo sido nomeada, para a sua defesa, a curadoria especial, que apresentou contestação por negação geral. A sentença deu procedência integral ao pedido, em desfavor de Joana.

Quanto ao capítulo dos honorários, é **correto** afirmar que:

- (A) devem ser fixados honorários para a Defensoria Pública em decorrência da atuação da curadoria especial, a serem adiantados pelo autor da demanda, seguindo-se o regime dos honorários do perito;
- (B) embora os honorários decorrentes da atuação da curadoria especial sigam o regime dos honorários do perito, no caso concreto não deve haver fixação em favor da Defensoria, tendo-se em vista que a contestação foi por mera negação geral;
- (C) embora os honorários decorrentes da atuação da curadoria especial sigam o regime dos honorários do perito, no caso concreto não deve haver fixação em favor da Defensoria, tendo-se em vista a condição econômica de Joana, pessoa não necessitada;

- (D) não deve haver fixação de honorários em favor da Defensoria quando a curadoria especial oficial, tendo-se em vista que a atuação se insere no âmbito das funções institucionais da Defensoria e os Defensores são remunerados mediante subsídio;
- (E) não deve haver fixação de honorários em favor da Defensoria no caso concreto, tendo-se em vista a sucumbência integral da pessoa cujos interesses foram defendidos pela curadoria especial.

11.(FGV - PROC J (CM ARACAJU)/CM ARACAJU/2021)

Tendo a sentença condenado o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor, é correto afirmar, como regra geral, que:

- (A) não são devidos honorários advocatícios no cumprimento provisório de sentença;
- (B) se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas e os honorários advocatícios;
- (C) caso a decisão transitada em julgado seja omissa quanto ao direito aos honorários ou ao seu valor, são cabíveis embargos de declaração, sendo vedada ação autônoma posterior para sua definição e cobrança;
- (D) os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, admitida a compensação em caso de sucumbência parcial;
- (E) os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido, ou não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

12.(FGV - PROC J (CM ARACAJU)/CM ARACAJU/2021)

Uma sociedade empresária, depois de ter sido desclassificada em processo de licitação, ajuizou, em face da pessoa jurídica de direito público, ação pelo rito comum, pedindo a invalidação do ato desclassificatório, e bem assim a invalidação do ato de adjudicação do objeto do certame à empresa vencedora e do próprio contrato administrativo posteriormente celebrado entre esta e o Poder Público.

4. (FGV - GP (PREF PAULÍNIA)/PREF PAULÍNIA/2021)

São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si,

- (A) o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- (B) o Legislativo, o Administrativo e o Jurídico.
- (C) o Legal, o Executivo e o Judiciário.
- (D) o Legal, o Administrativo e o Jurídico.
- (E) o Legislativo, o Administrativo e o Judiciário.

5. (FGV - ACE (TCE-PI)/TCE-PI/ENGENHARIA/2021)

João e Maria travaram intenso debate a respeito das teorias afetas às restrições aos direitos fundamentais. João defendia que no direito brasileiro é preponderante o entendimento de que esses direitos ensejam o surgimento de posições jurídicas definitivas, o que implica adesão à denominada teoria interna. Maria, por sua vez, refutava esse argumento, afirmando que o entendimento preponderante é o de que os direitos apresentam contornos *prima facie*, se afeiçoando à teoria externa.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que o(s) entendimento(s) de:

- (A) Maria está certo, já que direito e restrição formam individualidades distintas;
- (B) Maria está parcialmente certo, pois o conteúdo *prima facie*, por ser avesso à segurança jurídica, é incompatível com esses direitos;
- (C) João está certo, já que o nível de proteção oferecido por um direito fundamental é incontestável;
- (D) João está parcialmente certo, pois as posições jurídicas definitivas são incompatíveis com a natureza principiológica desses direitos;
- (E) Maria e João estão parcialmente certos, já que suas explicações se ajustam, respectivamente, às teorias interna e externa.

6. (FGV - INV POL (PC RJ)/PC RJ/2022)

João foi condenado, em sentença penal transitada em julgado, pela prática de crime, (1) à pena privativa de liberdade; (2) à pena restritiva de direitos, consistente na prestação de serviços em um abrigo de idosos; (3) a reparar o dano causado à vítima; e (4) a perder os bens adquiridos ilicitamente. Poucos dias depois, João faleceu.

Nesse caso, à luz da ordem constitucional, uma vez preenchidos os requisitos legais e observados os limites estabelecidos, podem ser transmitidas aos herdeiros de João as consequências descritas:

- (A) somente em 1 e 2;
- (B) somente em 1 e 3;
- (C) somente em 3 e 4;
- (D) somente em 2, 3 e 4;
- (E) em 1, 2, 3 e 4.

7. (FGV - 2º TEN (CBM AM)/CBM AM/2022)

A Lei nº XX previu, como política assistencial, que as pessoas com renda familiar per capita inferior a determinado percentual do salário mínimo fariam jus a uma cesta básica. Apesar de Joana ter preenchido todos os requisitos para o recebimento da cesta básica, e dela necessitar, o diretor da repartição pública responsável pela distribuição proferiu decisão negando a sua entrega, sob o argumento de que ela não aparentava ser necessitada.

Como a decisão era manifestamente ilegal, Joana procurou a Defensoria Pública, munida da decisão proferida pelo diretor, e solicitou o ajuizamento da ação constitucional cabível para que fosse determinada a entrega da cesta básica.

Essa ação é

- (A) o habeas data.
- (B) a ação popular.
- (C) o mandado de injunção.
- (D) o mandado de segurança.
- (E) o mandado constitucional de entrega.

8. (FGV - OF (PM PB)/PM PB/2021)

Maria compareceu a uma repartição pública estadual para ter acesso a determinado direito social. Ao chegar ao local, foi informada de que não poderia fruir o direito em razão do calendário definido pela autoridade competente, já que as pessoas residentes em sua localidade somente fruiriam o direito em momento futuro. Como o seu endereço residencial estava incorreto, Maria requereu, formalmente, a sua retificação pela autoridade competente, o que foi negado de maneira manifestamente ilegal, sem qualquer justificativa, apesar de ter sido apresentada prova documental do endereço correto.

A ação constitucional que pode ser utilizada por Maria para a retificação dos seus dados é o:

- (A) habeas data, que é gratuito;
- (B) direito de petição, que é gratuito;
- (C) mandado de segurança, que é gratuito;
- (D) habeas data, sendo devido o pagamento de custas;
- (E) mandado de segurança, sendo devido o pagamento de custas.

9. (FGV - JE TJAP/TJ AP/2022)

Maria, servidora ocupante de cargo em comissão no Município Delta, adotou João Pedro, de 11 anos de idade. Ato contínuo, consultou o regime jurídico único dos servidores públicos municipais e constatou que a licença parental básica, reconhecida aos servidores adotantes, era de noventa dias, período reduzido para trinta dias quando o adotado tivesse mais de 10 anos de idade, isso sem qualquer consideração em relação a possíveis períodos de prorrogação. No entanto, somente faziam jus a essa licença os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, não aqueles livremente demissíveis pela autoridade competente.

À luz da sistemática constitucional, o regime jurídico único dos servidores públicos do Município Delta:

- (A) é inconstitucional na parte que restringe a fruição da licença aos ocupantes de cargos de provimento efetivo e estabelece períodos de fruição inferiores ao da licença gestante;
- (B) é inconstitucional apenas na parte em que estabelece o período de fruição de trinta dias quando o adotado tiver mais de 10 anos de idade;
- (C) não apresenta qualquer vício de inconstitucionalidade em relação aos servidores que podem fruir a licença e aos respectivos períodos de fruição; é inconstitucional apenas na parte que restringe a fruição da licença aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo;
- (D) é inconstitucional apenas na parte em que estabelece períodos de fruição inferiores ao da licença gestante.

10. (FGV - AAFE (SEFAZ AM)/SEFAZ AM/2022)

Maria, servidora pública municipal ocupante de cargo de provimento efetivo e com ampla atuação nas questões afetas à sua categoria, conclamou os seus colegas a criar um sindicato visando à defesa dos seus interesses.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que Maria e seus colegas

- (A) não podem criar um sindicato, pois somente os servidores públicos federais possuem o direito de associação sindical.
- (B) não podem criar um sindicato, pois é vedado aos servidores públicos a associação sindical.
- (C) somente podem criar um sindicato a partir de autorização do regime jurídico da categoria.
- (D) podem criar um sindicato, pois é assegurado aos servidores o direito à associação sindical.
- (E) somente podem criar um sindicato a partir de autorização do seu superior hierárquico.

11. (FGV - TFFC (CGU)/CGU/2022)

Mariah nasceu no território brasileiro quando seus pais, de nacionalidade búlgara, aqui se encontravam a trabalho em uma sociedade empresária da área de cosméticos. Poucos meses depois do nascimento, a família deixou o país e passou a morar em caráter definitivo na Bulgária. Quando completou 25 anos de idade, Mariah foi acusada da prática de crime, teve sua prisão decretada e fugiu para o Brasil. A Bulgária requereu a sua extradição.

À luz da sistemática constitucional, o Brasil:

- (A) não pode deferir a extradição em hipótese alguma, pois Mariah é brasileira nata;
- (B) pode deferir a extradição, salvo se Mariah tiver feito a opção pela nacionalidade brasileira quando completou 21 anos de idade;
- (C) pode deferir a extradição, salvo se o caso versar sobre crime político ou de opinião, já que Mariah não tem a nacionalidade brasileira;
- (D) não pode deferir a extradição, salvo se Mariah, brasileira nata, for acusada da prática de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e drogas afins;
- (E) pode deferir a extradição, pois, caso Mariah tenha a naturalização brasileira deferida, isso não obsta a extradição em razão de crimes praticados em momento anterior.

12. (FGV - INV POL (PC RJ)/PC RJ/2022)

O Partido Político Alfa, pela primeira vez em sua história, teve filiados eleitos para cargos eletivos do Congresso Nacional.

Para que esse partido faça jus aos recursos do fundo partidário, preenchidos os demais requisitos exigidos, é necessário que, nas eleições para:

- (A) o Senado Federal, tenha elegido pelo menos três senadores;
- (B) a Câmara dos Deputados, tenha elegido pelo menos quinze deputados federais;
- (C) o Congresso Nacional, considerado em sua inteireza, tenha elegido pelo menos quinze parlamentares;
- (D) a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, tenha elegido pelos menos três parlamentares em cada Casa;
- (E) a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, tenha elegido pelos menos cinco parlamentares em cada Casa.

4.(FGV - INV POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022)

Assunto: Convalidação e Conversão dos atos administrativos

João, Investigador de Polícia Civil do Estado Alfa, praticou ato administrativo relacionado à organização do Setor de Investigações da delegacia onde exerce a função de chefe. Tal ato era de competência do Delegado Titular, que tem interesse em manter o ato exatamente como foi praticado por João.

No caso em tela, tendo em vista que não houve prejuízo a terceiros interessados e que o interesse público recomenda a manutenção do ato, o Delegado Titular

- (A) não poderá ratificar o ato, pois se trata de vício insanável de competência, de maneira que a Autoridade Policial deverá revogar o ato anterior e praticar outro equivalente.
- (B) não poderá confirmar o ato, pois se trata de vício insanável de competência, de maneira que a Autoridade Policial deverá anular o ato anterior e praticar outro equivalente.
- (C) poderá retificar o ato, mediante a homologação, pois se trata de vício sanável de forma, e o conserto do ato gera efeitos ex nunc.
- (D) poderá convalidar o ato, mediante a confirmação, pois se trata de vício sanável de competência, e o conserto do ato gera efeitos ex tunc.
- (E) poderá ratificar o ato, mediante a homologação, pois se trata de vício sanável de autoridade, e o conserto do ato gera efeitos ex nunc.

5.(FGV - DP MS/DPE MS/2022)

Assunto: Teoria dos Motivos Determinantes

João, observadas as formalidades legais, firmou ato de permissão de uso de bem público com o Estado Alfa, para instalação e funcionamento de um restaurante em hospital estadual, pelo prazo de 24 meses. Passados seis meses, o Estado alegou que iria instalar uma nova sala de UTI no local onde o restaurante está localizado, razão pela qual revogou unilateralmente a permissão de uso. Três meses depois, João logrou obter provas irrefutáveis no sentido de que o Estado não instalou nem irá instalar a UTI no local. Inconformado, João buscou assistência jurídica na Defensoria Pública, pretendendo reassumir o restaurante.

Ao elaborar a petição judicial, o defensor público informou a João que pleitear judicialmente a invalidação da revogação do ato de permissão é:

- (A) inviável, por se tratar de ato precário, mas cabe o ajuizamento de ação indenizatória diante da extinção da permissão antes do prazo previsto;
- (B) inviável, por se tratar de ato discricionário, mas cabe o ajuizamento de ação indenizatória diante da extinção da permissão antes do prazo previsto;

(C) viável, eis que, com base no princípio da continuidade dos serviços públicos, João tem direito de explorar o restaurante no prazo acordado, ainda que, de fato, o Estado Alfa fosse instalar a UTI no local;

(D) viável, eis que, apesar de ser um ato discricionário, aplica-se a teoria dos motivos determinantes, de maneira que o Estado está vinculado à veracidade do motivo fático que utilizou para a revogação.

6.(FGV - ANA ESP (IMBEL)/IMBEL/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2021)

Assunto: Poder Vinculado e Discricionário

A discricionariedade administrativa refere-se à maneira pela qual a Administração Pública utiliza seu poder para exercer atos administrativos com a finalidade de atender ao interesse público. Em relação ao conceito de discricionariedade administrativa, assinale a afirmativa correta.

- (A) É a liberdade do administrador de tomar determinadas decisões, desde que esteja nos limites da lei.
- (B) É a expansão do ato administrativo por agentes putativos, em consonância com o arcabouço legal.
- (C) É a ação realizada com desrespeito à ordem jurídica vigente, em função de um viés pessoal.
- (D) É a permissão da execução de ato pela administração, sem recorrer ao Poder Judiciário.
- (E) É a vinculação de ato administrativo à lei, sem possibilidade de questionamento.

7.(FGV - ESC POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022)

Assunto: Poder Disciplinar

O Estado Beta, por meio de sua Polícia Civil, celebrou contrato administrativo para aquisição de insumos que serão utilizados por seus órgãos de polícia técnica e científica. Ocorre que a sociedade empresária contratada descumpriu a legislação de regência e o próprio contrato, de maneira que, observadas as formalidades legais, lhe foram aplicadas sanções administrativas.

No caso em tela, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a imposição das citadas penalidades administrativas pelo poder público estadual sobre a sociedade empresária decorreu diretamente do poder administrativo

- (A) de polícia.
- (B) de perícia.
- (C) hierárquico.
- (D) disciplinar.
- (E) regulamentar.

Esta questão possui comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/1975369

8.(FGV - CONS TE (SEFAZ ES)/SEFAZ ES/CIÊNCIAS ECONÔMICAS/2022)

Assunto: Poder de Polícia

O Estado Alfa deseja delegar seu poder de polícia, inclusive a aplicação de multas, a pessoa jurídica de direito privado integrante da Administração Pública indireta.

No caso em tela, de acordo com a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a pretensão do Estado Alfa é

(A) inconstitucional, pois a fase do ciclo de polícia de sanção de polícia não pode ser delegada à pessoa jurídica de direito privado, ainda que integrante da Administração Pública indireta e prestadora de serviço público.

(B) inconstitucional, pois o poder de polícia é de exercício próprio de servidores públicos concursados integrantes da administração pública direta, haja vista que impõe ato de império com coercibilidade.

(C) constitucional, desde que a entidade tenha capital social, ainda que parcial, público e preste exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial, sendo dispensada lei em sentido formal.

(D) constitucional, desde que o faça por meio de lei e a entidade tenha capital social majoritariamente público e preste exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

(E) constitucional, desde que o faça por meio de lei e que a entidade preste exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial e a delegação se limite às fases do ciclo de polícia de consentimento e fiscalização de polícia,

9.(FGV - INSP POL (PC RJ)/PC RJ/2022)

Assunto: Abuso de Poder: Excesso de Poder e Desvio de Finalidade (poderes da Administração)

Antônio, delegado de polícia do Estado Gama, titular da Xª DP, ao elaborar a escala de trabalho dos agentes policiais lotados na Unidade de Polícia Judiciária sempre designava o inspetor de polícia João para as sextas, sábados e domingos, dias menos concorridos pelos servidores, haja vista que o inspetor é seu antigo desafeto. Inconformado com a perseguição, e após não obter êxito em pedido de reconsideração, João apresentou recurso administrativo hierárquico previsto na norma de regência ao secretário estadual de Polícia Civil, comprovando a retaliação praticada pelo delegado.

No caso em tela, o chefe institucional:

(A) deve declarar a nulidade do ato do delegado Antônio, por abuso de poder, na modalidade excesso de poder, pois agiu com o intuito de perseguir seu subordinado;

(B) deve declarar a nulidade do ato do delegado Antônio, por abuso de poder, na modalidade desvio de poder, por vício no elemento finalidade do ato administrativo;

(C) deve declarar a nulidade do ato do delegado Antônio, por abuso de poder, na modalidade excesso de poder, por vício no elemento motivo do ato administrativo;

(D) não deve declarar a nulidade do ato do delegado Antônio, que agiu nos limites de seu poder discricionário, na qualidade de chefe imediato de João;

(E) não deve declarar a nulidade do ato do delegado Antônio, pois os elementos do ato administrativo não estão viciados, de maneira que, apesar de imoral, a conduta não é ilegal.

10.(FGV - SEC ASSIST (MPE GO)/MPE GO/2022)

Assunto: Administração Direta (órgãos públicos)

A existência de um conjunto de competências criadas pelo Estado para representar sua vontade, ainda que sem personalidade jurídica ou capacidade processual, está associada ao conceito de

(A) entidades administrativas.

(B) territórios federais.

(C) agências executivas.

(D) poderes de Estado.

(E) órgãos públicos.

11.(FGV - ASS (FUNSAÚDE CE)/FUNSAÚDE CE/2021)

Assunto: Agências Reguladoras e Executivas

Embora agência executiva seja uma qualificação dada às entidades de forma discricionária por ato do Presidente da República, essas entidades devem apresentar pré-requisitos mínimos, como

(A) possuir plano estratégico de reestruturação e desenvolvimento institucional em andamento.

(B) ter firmado, anteriormente, termo de parceria com o Ministério supervisor.

(C) manter dirigente com estabilidade de no mínimo 8 anos e quarentena anual posterior à sua saída.

(D) ter constituído conselho de administração aprovado pela CVM.

(E) realizar ajuste salarial de funcionários da matriz e de subsidiárias controladas por meio de técnica de teto móvel.